

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES



Reunião entre governo e representantes de servidores

Governo propõe reajuste de 17,5% no auxílio-alimentação

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a representantes de servidores e servidoras do serviço público federal se encontraram na quarta-feira passada (22), na 12ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Na reunião, o MGI apresentou uma proposta de reajuste de 17,5% no valor atual do auxílio-alimentação, a ser pago ainda em 2025.

Reajuste acumulado de 156,55%

O secretário Feijóo explicou aos representantes dos servidores que com a proposta de aumento de 17,5% no valor atual do auxílio-alimentação, ele passará para R\$ 1.175,00. Caso a proposta seja aceita pelos servidores, ele começará a ser pago em dezembro. Quando o governo assu-

O secretário de Relações do Trabalho, José Lopes Feijóo informou aos representantes dos servidores que o projeto de lei que regulamenta a convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelecendo garantias para a organização sindical no setor público e regulamentando o direito de greve, será encaminhado ao Congresso este ano.

miu em 2023 o auxílio-alimentação estava congelado. Com a proposta, o reajuste acumulado do auxílio-alimentação será de 156,55% desde 2023, ressaltou Feijóo, reforçando o compromisso do governo com a melhora das condições de vida e trabalho dos servidores.



Secretários José Lopes Feijóo e José Celso Júnior

PEC 32 entrou na pauta e governo ouviu cobranças

O governo ouviu os representantes do funcionalismo sobre a proposta de reforma administrativa formulada no âmbito do Legislativo. “Ainda no governo de transição, o governo do presidente Lula assumiu compromissos claros com o funcionalismo público. Impedir o avanço da PEC 32, regulamentar a negociação coletiva no

serviço público, reinstalar um sistema de negociação que seja permanente e a recomposição salarial dos servidores”, disse o secretário de Relações do Trabalho, José Lopes Feijóo. Com a regulamentação da Convenção 151, o governo torna permanente o processo de negociação com a representação sindical dos servidores.

Grupo interministerial

O PL foi discutido em um grupo de Trabalho Interministerial formado por uma bancada sindical (Central dos Sindicatos Brasileiros/CSB; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil/CTB; Central Única dos Trabalhadores/CUT; Força Sindical; Nova Central

Sindical de Trabalhadores/NCST; União Geral dos Trabalhadores/UGT) e uma bancada do governo (MGI, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Casa Civil, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Relações Institucionais e Secretaria Geral).

Recomposição do quadro

De acordo com o MGI, o governo adotou uma política de recomposição do quadro de servidores (mais de 15 mil vagas foram abertas através de concursos para mais de 70 órgãos da administração federal), adotou o Plano Federal de Prevenção ao Assédio e à Discriminação, promovendo

do respeito no ambiente público e garante direitos, alterou a lei de cotas para garantir 30% das vagas em concursos públicos para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, e estabeleceu a reserva mínima de 30% para pessoas negras nos cargos e funções comissionadas.



Marcha Nacional em Brasília reunirá servidores das três esferas visando barrar reforma administrativa

Por Martha Imenes

O dia que deveria ser de comemoração e homenagem aos profissionais que atuam nas esferas federal, estadual e municipal da administração pública, virou sinônimo de embate e luta. A data foi instituída em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, como forma de reconhecer o papel essencial desses trabalhadores na manutenção dos serviços públicos”. No entanto, não é bem assim que entidades representativas dos servidores enxergam o tratamento dispensado ao funcionalismo, principalmente por conta da reforma administrativa.

Entidades como a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), a Federação Nacional dos Servidores Públicos Estaduais e do Distrito Federal (Fenasepe), e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) têm se manifestado contra a PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa. Inclusive, está marcado para esta quarta-feira (29) o dia de mobilização contra a reforma.

Entre as principais críticas estão:

- Ataque à estabilidade: a proposta enfraquece a estabilidade dos servidores, o que, segundo as entidades, abre espaço para perseguições políticas e compromete a imparcialidade do serviço público.

Dia do Servidor Público, o que comemorar?

Neste 28 de outubro, mais que homenagear, os governos deveriam valorizar o funcionalismo

- Privatização disfarçada: há preocupação com a ampliação de contratos temporários e parcerias com o setor privado, o que pode levar à terceirização de funções essenciais.
- Desvalorização do servidor: A reforma é vista como um projeto que demoniza o funcionalismo público, ao invés de promover melhorias estruturais e valorização da carreira.
- Risco à qualidade dos serviços públicos: as entidades alertam que a proposta pode comprometer a prestação de serviços essenciais à população, como saúde, educação e segurança.

Apreensão com a reforma

O que deveria ser uma data de reconhecimento e valorização de categorias essenciais ao funcionamento do Estado atualmente é um momento de apreensão, alerta a advogada

Déborah Toni, sócia do escritório Déborah Toni Advocacia e especialista em direito público e administrativo.

Segundo a especialista, a proposta de reforma administrativa em discussão reacende temores antigos: o de que, sob o argumento de modernizar a gestão pública, se esconda um projeto de desmonte do serviço público e de precarização das carreiras.

“As medidas propostas apontam para a flexibilização de garantias constitucionais historicamente vinculadas à estabilidade, à impessoalidade e à continuidade do serviço público, pilares que sustentam o Estado de Direito e protegem a sociedade de ingerências políticas e interesses privados”, afirma.

Déborah avalia que a retórica da eficiência, quando dissociada de uma política de valorização e qualificação dos

servidores, tende a fragilizar as instituições e comprometer a prestação de serviços essenciais à população.

“Mais do que uma pauta corporativa, a reforma administrativa toca o próprio modelo de Estado que se pretende preservar. A substituição de vínculos permanentes por contratações precárias, a redução de incentivos à qualificação e o enfraquecimento da autonomia técnica ameaçam transformar o servidor em mero executor, e não em agente de políticas públicas de longo prazo”, afirma.

E finaliza: “O Brasil precisa, sim, de uma reforma administrativa, mas uma que valorize o mérito, assegure a transparência e fortaleça o serviço público, e não que retire direitos e desestimele vocações. É hora de reafirmar que o servidor público não é um custo, mas um investimento na estabilidade e no futuro do nosso país”.

Marcha Nacional Unificada vai ocupar a Esplanada dos Ministérios

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Amanhã (29), Brasília será palco da Marcha Nacional Unificada contra a Reforma Administrativa, que reunirá servidores das três esferas do serviço público: federal, estadual e municipal, a partir das 9h, no Museu Nacional. Servidores e servidoras de todos países chegarão em caravana para participar de passeata pela Esplanada.

O Sinasefe, sindicato nacional que representa os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, convocou paralisação nacional da categoria nos dias 28 e 29.

Convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), juntamente com demais entidades da categoria e centrais sindicais, a mobilização ocorre no momento em que o presidente da Câmara Hugo Motta age para dar início à tramitação da proposta apresentada pelo grupo de trabalho, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), no último dia 2.

De acordo com o Fonasefe, a marcha não se limita à defesa dos servidores, que terão direitos e condições de trabalho atacados, mas denuncia principalmente as consequências que ela trará à população. Os



Pedro Paulo é o relator da reforma administrativa, que tem desagradado os servidores

trabalhadores alertam que sob o pretexto de uma suposta “modernização do Estado”, a medida representa a destruição dos serviços públicos.

Segundo destaca o Fonasefe, os argumentos utilizados para justificar a reforma administrativa escondem um projeto de desmonte dos serviços públicos.

“Seguindo a lógica do arcabouço fiscal e da redução do papel do Estado, o real objetivo é cortar investimentos para limitar gastos e priorizar o pagamento da Dívida Pública, atingindo áreas essenciais como

saúde, educação, assistência social e segurança”, diz o Fonasefe.

“O discurso oficial afirma que a reforma moderniza o Estado, mas, na prática, promove cortes de investimentos, aumenta a precarização, ataca as condições de trabalho dos servidores e amplia a terceirização, fragilizando a prestação de serviços à população”.

Falando em “eficiência”, o texto da reforma defende a ampliação da terceirização e a flexibilização das relações de trabalho. “Na prática, isso significa menos servidores, mais sobrecarga de trabalho e precarização do aten-

dimento, sobretudo em áreas críticas como saúde e educação”, pontua o texto do Fonasefe.

Apenas 0,3%

De acordo com o Fonasefe, a reforma promete acabar com os supersalários, concentrados em apenas 0,3% dos servidores, mas, na prática, aumenta a desigualdade salarial. “A maioria dos servidores que vive endividada terá seu salário congelado, enquanto os supersalários de juízes, procuradores, promotores e militares escapam através das manobras dos ‘penduricalhos’.